

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.376 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 8 DE OUTUBRO DE 2001

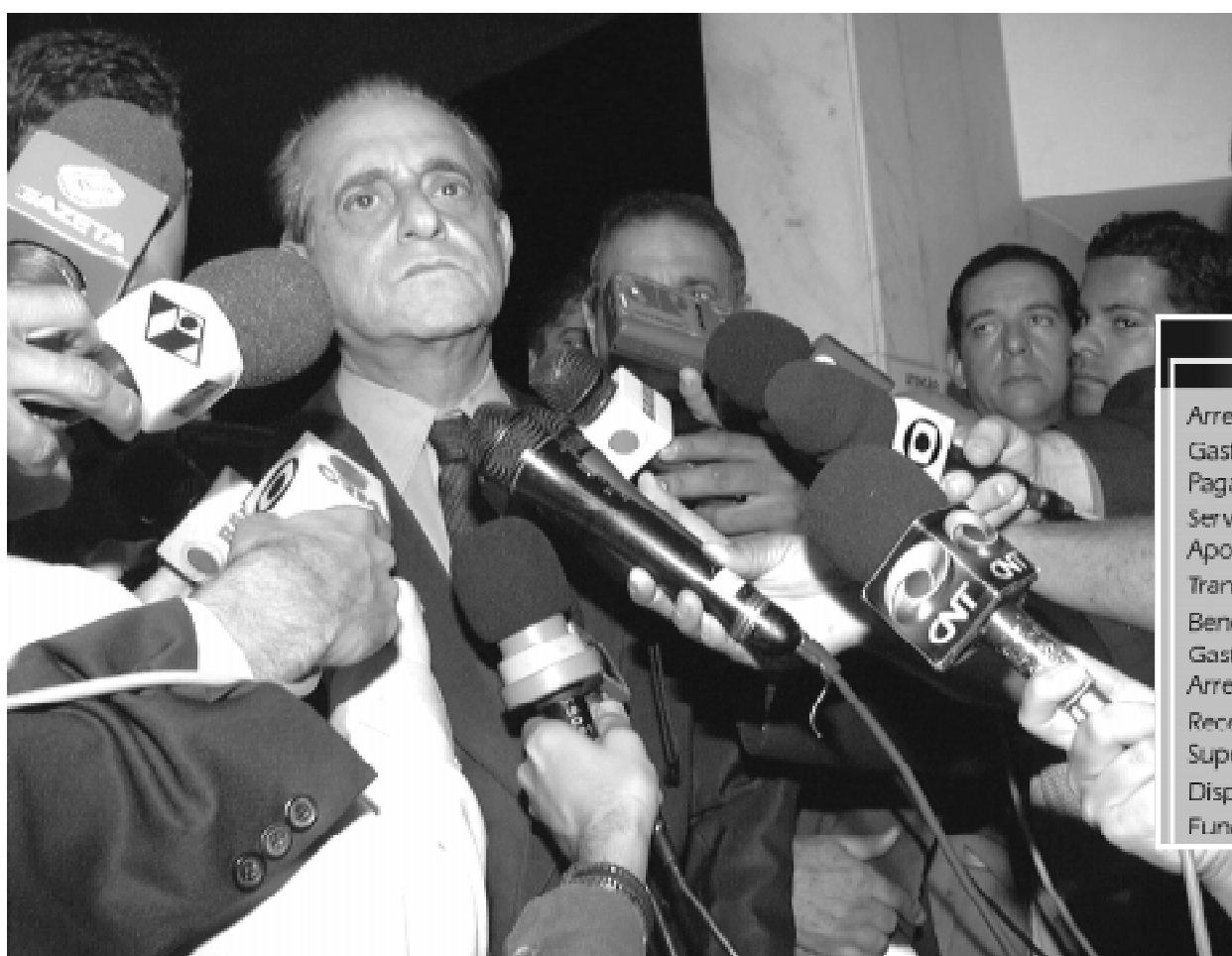
Plenário examina mais recursos para regiões carentes

Proposta de Ademir Andrade, que deve ser apreciada amanhã em primeiro turno, eleva de 47% para 48% a parcela do produto da arrecadação do IR e do IPI destinada aos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste

PÁGINA 4

Votação do Orçamento é prioridade, afirma Tebet

Discutir, emendar e aprovar até 15 de dezembro o Orçamento da União para 2002: esse é o objetivo principal do trabalho parlamentar, segundo Ramez Tebet, que defende concessão de aumento real ao salário mínimo



O presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou que pretende estabelecer “um clima propositivo e de trabalho intenso sobre matérias legislativas”, agora que se encerrou a crise política que culminou com a renúncia de Jader Barbalho. Tebet defende correção para o salário mínimo, reajuste dos salários dos servidores e a efetivação da CPMF.

PÁGINA 3

| Grandes números do | | ORÇAMENTO |
|---------------------------------------|-------|---------------------------------|
| Arrecadação total | 308,3 | 2002 Em bilhões de reais |
| Gastos totais | 280,5 | |
| Pagamento de juros | 72,1 | |
| Servidores da ativa | 38,1 | |
| Aposentados e pensionistas | 31,1 | |
| Transferências a estados e municípios | 47,2 | |
| Benefícios da Previdência Social | 83,8 | |
| Gastos com saúde | 21,0 | |
| Arrecadação do Imposto de Renda | 63,5 | |
| Receita da CPMF | 25,7 | |
| Superávit primário (sem juros) | 36,7 | |
| Dispendios com educação | 8,2 | |
| Fundo de Combate à Pobreza | 5,0 | |

Embora não tenha caráter impositivo, o Orçamento da União é uma das leis mais importantes submetidas ao Congresso, na opinião de Ramez Tebet

TV Senado promove debate ao vivo sobre a questão da fome

PÁGINA 6



Edison Lobão

CAE analisa programa de bolsa de estudo

PÁGINA 5



Tião Viana

Venda de remédio a granel em discussão na CAS

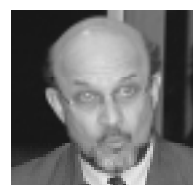
PÁGINA 5



Mauro Miranda

Subcomissão de Moradia será instalada amanhã

PÁGINA 5



Ricardo Santos

Na pauta da CE, o combate às drogas

PÁGINA 5

Tuma cobra investimentos no sistema viário nacional

“O país não pode prescindir de um transporte rodoviário eficiente”, disse o senador. Segundo ele, são necessários R\$ 10 bi para o setor

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) chamou a atenção para a necessidade de maiores investimentos, por parte do governo, no sistema viário nacional, ressaltando que “o desenvolvimento do país não pode prescindir de um transporte rodoviário eficiente”.



Tuma comentou pesquisa da CNT sobre situação das rodovias

Segundo Tuma, o setor carece de R\$ 10 bilhões em investimentos, além de R\$ 1 bilhão anualmente, para que as estradas sejam colocadas em condições de uso.

Tuma citou a Pesquisa Rodoviária 2001, realizada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT) e divulgada na semana passada, que analisa o estado

geral de conservação das estradas brasileiras. Foram avaliados 45.294 quilômetros de rodovias federais e estaduais, de 2 a 27 de julho deste ano, levando-se em consideração as principais características físicas, como pavimentação, sinalização e engenharia, tipos de tráfego e infra-estrutura de apoio.

Comparados ao ano anterior, os dados mostram que houve melhoria na conservação da malha rodoviária, em consequência da pavimentação e sinalização.

Segundo informou Tuma, no ano passado 80% das rodovias nacionais foram classificadas como deficientes, ruins e péssimas. Nesse ano, houve decré-

cimo de 12% nos trechos que receberam avaliação parecida. Em decorrência, lembrou, o estado de conservação geral satisfatório subiu de 19%, em 2000, para 31%, em 2001.

Romeu Tuma ainda mencionou a crescente melhoria das condições de sinalização das estradas nos últimos três anos. Em 2000, a pesquisa revelou que a sinalização alcançou 54% em níveis satisfatórios contra 45% de avaliação negativa. Em contrapartida, o ano de 2001 teve 61% de avaliações positivas contra 38% de sinalização precária.

As condições de engenharia das rodovias federais, argumentou o senador, permaneceram inalteradas em relação a 2000. Provavelmente por demandar “grande esforço financeiro e de tempo para implementação de qualquer melhoria”, comentou.

Camata quer ligação entre Porto de Capuaba e BR-262

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) votará em uma de suas próximas reuniões, em caráter terminativo, projeto do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que inclui no Plano Nacional de Viação a construção de trecho rodoviário ligando o Porto de Capuaba à BR-262, no estado do Espírito Santo. Segundo o sena-

dor, a ligação é estratégica e tem por finalidade dar condições alternativas de mobilidade rodoviária para a região.

Ao justificar o projeto, Camata sustentou que “a construção da rodovia é de grande importância para o estado” porque, além de reduzir o custo dos transportes, diminuirá o intenso tráfego de ca-



Camata: construção da rodovia é importante para o estado

minhões que saem do Porto de Capuaba com destino às rodovias BR-101 e BR-262, que, atualmente, utilizam vias urbanas municipais e estaduais da Grande Vitória.

José Fogaça filia-se ao PPS

O senador José Fogaça (RS) comunicou, por meio de ofício lido na sexta-feira pelo primeiro-secretário, senador Carlos Wilson, que se desligou, oficialmente, do PMDB no dia 1º de outubro. O gabinete do senador gaúcho anunciou a filiação do parlamentar ao PPS.

Hartung ingressa no PSB

O senador Paulo Hartung (ES) filiou-se na sexta-feira ao PSB, que passa a contar com quatro integrantes no Senado. Hartung deixou a liderança do PPS, que passará a ser exercida pelo senador Roberto Freire (PE). O desligamento foi comunicado por Freire ao presidente do Senado, Ramez Tebet.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 8 DE OUTUBRO DE 2001

PLENÁRIO

14h30 – Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira

Pauta: Requerimento solicita que o Senado formule voto de censura aos cientistas Panayiotis Zavos, Severino Antinori e Brigitte Boisselier, apontando a indignação dos brasileiros frente ao anúncio de que irão clonar seres humanos; votação, em primeiro turno, da PEC que regulariza a situação funcional de servidores de empresas públicas federais que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta; votação, em primeiro turno, da PEC que dispõe sobre a situação funcional dos servidores e empregados públicos federais legalmente cedidos a órgãos e entidades da União; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que altera a alíquota do Imposto de Renda e do IPI, destinada a programas de financiamento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; entre outros.

Quarta-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Requerimento que solicita a convocação do ministro da Fazenda, Pedro Malan, para prestar informações e esclarecimentos necessários sobre os impactos na economia provenientes das regras dispostas em projeto que cria o Código de Defesa do Contribuinte; entre outros.

Quinta-feira

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que dá nova redação ao inciso X do parágrafo 2º do artigo 155 da Constituição Federal (isenção de ICMS); projeto que dispõe sobre os serviços notariais e de registro; entre outros.

COMISSÕES

Terça-feira

10h – Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: 12 itens, incluindo mensagem do Executivo que solicita autorização ao Senado para que o governo brasileiro realize operações que permitam o recebimento antecipado de crédito externo junto à República da Polónia, no montante atual de US\$ 3,4 bilhões; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

10h – Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano

Pauta: Instalação e eleição do presidente e vice-presidente da subcomissão. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9*

11h30 – Comissão de Educação

Pauta: projeto que trata da prevenção, tratamento, fiscalização, controle e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas afins; projeto que dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada; requerimento que pede a realização de duas audiências públicas conjuntas, entre a CE e a Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática, no intuito de debater a implantação da TV digital no Brasil; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem; *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15*

17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: mensagem que submete à apreciação do Senado Federal o nome de Angelo Andrea Matarazzo para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Italiana; entre outras. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 7*

Quarta-feira

9h – Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Cinco matérias, incluindo projeto que dispõe sobre a regulamentação da profissão de cerimonialista e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais; *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9*

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: projeto que cria o Serviço Social da Saúde (SESS) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (Senass); substitutivo que conceitua as obrigações de pequeno valor e disciplina o pagamento de obrigações de pequeno valor e do crédito de natureza alimentícia devido pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária transitada em julgado (precatório); entre outras matérias. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

10h – Comissão Mista da MP nº 2.196-3 – Estabelece o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais e autoriza a criação da Empresa Gestora de Ativos (Emgea)

Pauta: Audiência pública para ouvir o ministro da Fazenda, Pedro Malan, entre outros.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretora da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes, e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



O primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson, lê a carta que formaliza a renúncia de Jader Barbalho ao mandato de senador pelo Pará

Lida em Plenário a carta de renúncia de Jader Barbalho

Conhecida desde a noite de quinta-feira, a renúncia de Jader Barbalho (PMDB-PA) ao mandato de senador foi oficializada por meio de uma carta de 12 linhas escrita a mão e lida no Plenário do Senado na sessão de sexta-feira. Coube ao primeiro-secretário, senador Carlos Wilson (PTB-PE), ler o documento em que Jader alega ter sido vítima de "inominável violência política que a história do Senado irá registrar".

Na carta, Jader diz também que sua renúncia é o resultado de "um processo político de evidente linchamento" a que foi submetido por um ano e seis meses por haver enfrentado publicamente o

ex-senador Antonio Carlos Magalhães. A situação foi acirrada, segundo a carta, após Jader Barbalho ter sido eleito para a Presidência do Senado.

O ex-senador conclui a carta com a seguinte frase: "O povo do meu querido Pará, soberanamente, é quem decidirá sobre minha permanência na vida pública".

O presidente do Senado, Ramez Tebet, lembrou, ao final da leitura, que a renúncia é ato pessoal e irrevogável após a sua publicação no *Diário do Senado Federal*. O passo seguinte é a expedição da convocação para que o suplente de Jader Barbalho assumira a vaga pelo estado do Pará.

*Exatamente pelo Presidente do Senado Federal
Senador Ramez Tebet e Senador suplente de Jader*

Farei ao processo político de evidente linchamento a que sou vítima submetido ao longo de 1 ano e 6 meses, como consequência do enfrentamento público que mantive com o ex-senador Antonio Carlos Magalhães aguçando após minha vitória eleitoral a Presidência do Senado Federal, inclusive com a tentativa de processo que pretendo fazer a desonra pelo meu renúncia ao mandato de Senador da República.

A história do Senado Federal registra a inominável violência política de que sou vítima.

O povo do meu querido Pará, soberanamente, é quem decidirá sobre minha permanência na vida pública.

*Brasília, 07/10/01
Jader Barbalho*

Repercussão

— O Senado não pôde processar e, se fosse o caso, cassar Jader, porque ele renunciou, mas é importante que a sociedade entenda que o processo contra ele continua na Justiça comum.

Carlos Wilson (PTB-PE)

— Tenho confiança de que a renúncia por fim a uma fase do Senado e iniciará outra com maior produtividade legislativa.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

— É preciso impedir a candidatura de políticos que renunciaram para fugir a processos no Conselho de Ética, porque essa renúncia é um golpe na investigação e naquilo que a sociedade quer saber.

Emilia Fernandes (PT-RS)

Espero que a população do Pará não renove o mandato de Jader, porque, se não tivesse renunciado, ele certamente seria cassado pelo Senado.

Roberto Freire (PPS-PE)

Orçamento é a prioridade do Legislativo, diz Tebet

Senador deseja aprovação da proposta orçamentária até dezembro e antecipa posição favorável a aumento real para o salário mínimo

Encerrada a crise política que culminou com a renúncia do senador Jader Barbalho, a prioridade para o trabalho parlamentar, conforme o presidente do Senado, Ramez Tebet, é discutir, emendar e aprovar o Orçamento da União para 2002 até o dia 15 de dezembro. Um debate em que ele pretende atuar para que se inclua no orçamento um aumento real do salário mínimo.

A intenção de Tebet, a partir de hoje, é estabelecer um "clima propositivo e de trabalho intenso sobre matérias legislativas" no Senado, envolvendo as comissões técnicas e o Plenário. Apesar de lamentar que o orçamento não tenha uma natureza impositiva, pois seu caráter autorizativo "acaba dando muito poder ao Executivo", o senador vê a proposta como uma das leis mais importantes submetidas à análise do Congresso Nacional.

Tebet defende uma nova correção para o salário mínimo, feita "com responsabilidade, levando em conta a situação econômica inter-



Na opinião de Tebet, "já é hora de reajustar os vencimentos do funcionalismo público"

nacional e do país, mas que não interrompa uma evolução gradual que ano a ano estamos fazendo". O presidente do Senado se confessa partidário da reivindicação de um reajuste para o mínimo "algo superior ao que o governo cogitou".

De igual modo, o senador entende que "já é hora de reajustar os vencimentos do funcionalismo público, em particular daqueles servidores que não tiveram revisão salarial nos últimos sete anos". Também esse ponto deverá ser alvo de negociações políticas e emendas parlamentares na tramitação do projeto do orçamento, acrescentou Tebet.

A proposta de taxar os inativos, por outro lado, não tem o apoio do presidente do Senado, que disse

confiar em que o governo não insistirá nisso.

— Mexer com os vencimentos dos inativos e dos aposentados seria uma injustiça e uma ilegalidade — afirmou Tebet, explicando que, em termos jurídicos, o ganho de um aposentado é um direito adquirido.

O senador também defende o reajuste da tabela de desconto do Imposto de Renda, "para atenuar um pouco a carga tributária sobre a classe média, que está muito alta". Ele apóia a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto do senador Paulo Hartung (PSB-ES), já aprovado pelo Senado. Com relação à Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), cuja institucionalização é defendida pelo governo e que tem uma previsão de recursos embutida no orçamento federal, Tebet declara-se a favor.

— A CPMF veio contribuir para um bem precioso, que é a saúde, e sua substituição, na minha visão, teria de ser inserida no contexto maior de uma ampla reforma tributária, que é uma efetiva necessidade nacional, reivindicada pelos setores produtivos e pelo contribuinte, mas que ainda não conseguiu produzir um entendimento político entre Executivo e Legislativo para sua efetivação — concluiu Ramez Tebet.

Reajustes de salários ainda não têm solução

A Comissão Mista de Orçamento ainda não resolveu dois problemas que o Executivo repassou ao Congresso na proposta orçamentária para 2002: de onde tirar dinheiro para reajustar o salário mínimo acima de 5,9% e o salário do funcionalismo além de 3,5%. A proposta embute esses percentuais e a equipe econômica informou que, se os parlamentares propuserem reajustes maiores, terão de encontrar novas fontes permanentes de receita.

Foi criada uma subcomissão para estudar a forma de aumentar os servidores em mais de 3,5%, levando em consideração que há quase sete anos o funcionalismo não recebe aumento geral. Presidida pelo deputado João Leão (PPB-BA), a subcomissão ainda não chegou a uma proposta. O Executivo informou que o Congresso precisa encontrar receitas duradouras de R\$ 1,4 bilhão ao ano se for adiante a idéia de

alguns parlamentares de subir o reajuste dos servidores para 7%.

Quanto ao salário mínimo, o relator-geral do projeto do orçamento, deputado Sampaio Dória (PSDB-SP), afirma em seu parecer preliminar que reajuste superior a 5,9% poderia levar a cortes de gastos e isso dependerá dos próprios parlamentares. Afirma ainda que o assunto não precisa ser resolvido já, podendo ficar para o início de 2002. Mantido o aumento de 5,9%, o salário mínimo subiria no início de 2002 de R\$ 180 para R\$ 190,62. Muitos parlamentares defendem um salário de R\$ 200, o que exigiria recursos adicionais de R\$ 2,5 bilhões.

Senadores e deputados podem apresentar emendas ao projeto até o dia 25 e o presidente da Comissão de Orçamento, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), não quer atrasos nas votações, permitindo que o Plenário do Congresso aprove o tex-

to final até 15 de dezembro. Nesse período, o relator-geral, auxiliado por relatores setoriais, terá de encontrar solução para outros problemas, como o de substituir a receita de R\$ 1,4 bilhão incluída pelo Executivo a título de cobrança de previdência dos inativos do serviço público federal. Há consenso de que a emenda constitucional que determina a cobrança não será votada.

Em seu parecer preliminar, o relator-geral não fez mudança nas previsões do Executivo para arrecadação e despesas. Assim, prevê-se que as receitas fiscais deverão ficar em R\$ 308,3 bilhões e as despesas em R\$ 280,5 bilhões. Haverá uma sobra (superávit primário) de R\$ 36,7 bilhões, sem incluir as despesas com o pagamento de amortizações e de juros da dívida pública. Essa sobra será utilizada para pagar parte dos juros, que em 2002 devem somar R\$ 72,1 bilhões.

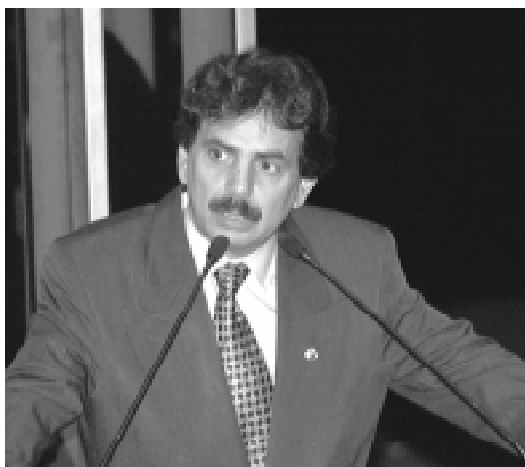
Plenário decide sobre mais recursos para região carente

Proposta de Ademir Andrade eleva parcela destinada aos fundos constitucionais de desenvolvimento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste

O Plenário do Senado deve votar amanhã, em primeiro turno, proposta de emenda à Constituição que aumenta o percentual de receitas tributárias destinadas aos fundos constitucionais de desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A proposta, de iniciativa do senador Ademir Andrade (PSB-PA), eleva de 47% para 48% a parcela do produto da arrecadação dos impostos de Renda (IR) e sobre Produtos Industrializados (IPI) destinada aos fundos constitucionais, incluindo as chamadas transferências obrigatórias da União para estados, municípios e Distrito Federal.

Pelo texto constitucional vigente, 3% desses recursos devem ser carreados para os fundos de desenvolvimento das três regiões mais pobres do país, na seguinte proporção: 0,6% para o Norte, o mesmo percentual para o Centro-Oeste, e 1,8% para a Região Nordeste.

Com as alterações propostas, seriam destinados 1% ao Norte e 1%



Ademir Andrade quer corrigir distorções na distribuição de verbas para áreas mais pobres do país

ao Centro-Oeste, enquanto o valor do Nordeste aumentaria para 2%. O texto do senador mantém a obrigatoriedade de que metade dos recursos nordestinos sejam aplicados na região do semi-árido.

Ademir Andrade argumenta que o país vive distorções na distribuição de recursos para o desenvolvimento das regiões mais pobres. Segundo ele, a falta de investimentos tem levado a uma redução das participações do Norte, Centro-Oeste e Nordeste no

Produto Interno Bruto (PIB). Em 1996, as três regiões respondiam por 23,4% do PIB – em 1998, a participação caiu para 22,6%.

O senador disse que desde o ano passado não há sobra de recursos no Fundo de Desenvolvimento da Amazônia. Os projetos já habilitados a receber recursos exigiriam R\$ 452 milhões adicionais. No entanto, informa o senador, o Orçamento federal prevê que a região terá neste ano verba de R\$ 430 milhões.

Proposta transfere cobrança de ICMS para estados produtores de petróleo

Em segundo turno, o Senado vota nesta quinta-feira (11) proposta de emenda à Constituição do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) que transfere dos estados consumidores para os estados produtores a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) nas operações interestaduais com petróleo, lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos, e energia elétrica.

A proposta esteve presentes a ser votada em agosto passado, mas senadores do Sul e Sudeste, onde se concentram os maiores mercados consumidores de combustível, alegaram que seus estados sofreriam enorme perda na arrecadação do ICMS. Na justificativa do projeto, Geraldo Melo argumenta que a não-incidência desse imposto nos estados produtores de petróleo significa injustiça para com suas populações.



Geraldo Melo: não-incidência do tributo nos estados produtores significa injustiça para as populações locais

Também nesta semana, será votado projeto estabelecendo que a aposentadoria facultativa ou por invalidez dos tabeliães e oficiais de registro seguirá as mesmas regras adotadas para os trabalhadores da iniciativa privada, permanecendo inaplicável a aposentadoria compulsória por idade, como ocorre com os funcionários públicos.

Será também votada proposta de emenda à Constituição que enquadra nos cargos que efetivamente exercem servidores públicos da União cedidos a outros órgãos. O texto contempla os servidores civis da União que já tinham estabilidade em 5 de outubro de 1998, desde que legalmente cedidos.

O Senado também vota projeto da Câmara que estabelece, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o atendimento domiciliar. O projeto inclui na assistência domiciliar procedimentos médicos, fisioterapêuticos, psicológicos e de assistência social, entre outros.

Será votado ainda projeto do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) autorizando o Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Amapá e Pará (Riapa). O mesmo projeto estabelece que o governo instituirá o Programa Especial de Desenvolvimento do Delta do Rio Amazonas.



Ricardo Santos defende realização de audiência pública sobre medidas protecionistas dos EUA

Barreira americana contra o aço brasileiro gera discussão

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa amanhã requerimento do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) que solicita a realização de audiência pública sobre o tema "As Ameaças de Medidas Protecionistas Americanas ao Aço Brasileiro". Santos sugeriu que sejam convidados para o debate os ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, e das Relações Exteriores, Celso Lafer, além da presidente da Associação Brasileira de Siderurgia, Maria Silva Bastos Marques, e do presidente da Companhia de Siderurgia de Tubarão, José Armando Figueiredo Campos.

Outro requerimento a ser examinado é o do senador Roberto

Requião (PMDB-PR), que propõe convite aos senadores membros das Comissões de Agricultura e de Relações Exteriores do Senado norte-americano para que exponham, em audiência pública, a questão agrícola do seu país e para que possam conhecer a realidade agrícola brasileira, especialmente em relação à soja.

A CRE também deliberará sobre indicação de dois novos embaixadores. Para a embaixada do Brasil na República Federal da Alemanha, foi indicado José Artur Denot Medeiros, e para a embaixada brasileira na Itália, Angelo Andrea Matarazzo. Os pareceres dos respectivos relatores, senadores Iris Rezende (PMDB-GO) e Pedro Piva (PSDB-SP), serão apreciados em sessão secreta.

MP dos bancos federais será debatida em audiência

A comissão mista encarregada de analisar a medida provisória que instituiu o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais promove audiência pública nesta quarta-feira, às 9h. A MP cria também a Empresa Gestora de Ativos (Emgea).

Serão convidados para participar da audiência o ministro da Fazenda, Pedro Malan; os presidentes da Emgea, Gilton Pacheco de Lacerda; do Banco do Brasil, Eduardo Augusto Guimarães; do Banco do Nordeste, Byron Costa de Queiroz; da Caixa Econômica Federal, Emilio Humberto Carazzai Sobrinho, e do Banco da Amazônia, Flora Valladares Coelho.

Instalada na última quinta-feira, a comissão mista é presidida



Jonas Pinheiro foi designado relator da comissão mista que analisa a medida provisória

pela deputada Yeda Crusius (PSDB-RS), tendo como relator o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).



Artur da Távola foi relator de projeto que institui nova Lei dos Entorpecentes

Educação debate repressão ao tráfico de droga

Substitutivo do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) ao projeto que atualiza a legislação sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas é um dos 22 itens incluídos na pauta da reunião da Comissão de Educação de amanhã, às 11h30.

A matéria tramita em conjunto com o projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), sobre o qual o relator emitiu parecer pela rejeição. O substitutivo de Ricardo Santos regula as operações e ações relacionadas aos produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica. Também trata da prevenção, erradicação e tratamento dos dependentes e usuários, além de tipificar os crimes e as respectivas penas atribuídas aos infratores.

Em seu relatório, Ricardo Santos explica que o substitutivo é resultado dos esforços de vários especialistas e interessados no assunto. Entre outros que contribuíram, ele cita o deputado Elias Murad (PSDB-MG), os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Artur da Távola (PSDB-RJ) e Lúcio Alcântara, além de entidades como o Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Polícia Federal e a Secretaria Nacional Antidrogas.

Outra matéria incluída na pauta é o parecer do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) favorável ao projeto do deputado Cunha Bueno (PPB-SP) que obriga os novos aparelhos de televisão fabricados no Brasil a conterem dispositivo eletrônico que possibilite ao usuário bloquear a recepção de programas que considere inadequados.

CAE examina projeto que institui programa de bolsas de estudo

Proposta de autoria do senador Edison Lobão visa beneficiar estudantes pobres de municípios onde houver falta de vagas nas escolas públicas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado examinará amanhã projeto de lei do senador Edison Lobão (PFL-MA) que institui o Programa Nacional de Bolsas de Estudo, destinado a beneficiar estudantes pobres de municípios onde há falta de vagas nas escolas públicas. A Constituição prevê que, quando o estado não tiver condições de oferecer gratuitamente o ensino básico, a União oferecerá bolsas nas escolas religiosas, comunitárias ou filantrópicas, desde que não sejam lucrativas.

O projeto apresenta as condições que devem ser seguidas para que a União compre as vagas nas escolas privadas e como serão selecionados os alunos para receber as bolsas. Caberá à União fixar o valor de cada bolsa, definir



Para Edison Lobão, oferecimento de bolsas pode ter custo menor que o aumento de vagas no ensino básico

critérios para a seleção dos candidatos nos estados e estabelecer a cota de bolsas para cada estado. Terão preferência estudantes de sete a 14 anos que morem nos municípios onde ficar comprovada a

falta de vagas nas escolas públicas.

O senador Edison Lobão pondera que as bolsas de estudo podem ter um custo menor onde houver ocasionalmente falta de vagas nas escolas públicas, comparando-se com o investimento necessário ao aumento de vagas no ensino básico. As escolas que se candidatarem a receber alunos com bolsas de estudo devem comprovar que não distribuem qualquer lucro, dividendo ou bonificação aos seus administradores ou mantenedores. Depois de votado na CAE, o projeto ainda será debatido pela Comissão de Educação.

A Comissão de Assuntos Econômicos deverá discutir, também na reunião de amanhã, projeto da Câmara dos Deputados que prevê redução na cobrança de multas aplicadas às prefeituras que devem ao Fundo de Garantia do

Tempo de Serviço (FGTS). A redução poderá chegar a 80%, desde que a prefeitura regularize a dívida junto à Caixa Econômica Federal em 90 dias depois que o projeto se transformar em lei. O benefício cairá gradualmente, ficando em apenas 10% após 12 meses.

O projeto foi apresentado em 1993 pelo então deputado Renato Johnsson, alguns meses depois de entrar em vigor resolução do Conselho Curador do FGTS que parcelava e reduzia multas de prefeituras em dívida com o fundo. O deputado argumentava que parte das prefeituras não estava conseguindo pagar as parcelas renegociadas por causa das multas e, por isso, propunha uma redução nesse pagamento. Segundo o parlamentar, as multas não são revertidas para as contas dos trabalhadores.

CAS analisa venda de medicamentos a granel

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa nesta quarta-feira, às 9h, em turno suplementar, o substitutivo ao projeto de lei do ex-senador Ernandes Amorim que permite às farmácias vender remédios a granel, na quantidade exata indicada na prescrição médica. A matéria altera a Lei 6.360, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que estão sujeitos os medicamentos.

O relator da matéria, senador Tião Viana (PT-AC), apresentou substitutivo ao projeto ampliando os tipos de apresentação de

medicamentos a serem vendidos a granel. "Não há por que restringir a norma às três apresentações previstas no projeto (comprimidos, cápsulas e ampolas). Medicamentos apresentados sob a forma de drágeas, pílulas, tabletes e supositórios também são passíveis de serem vendidos a granel e reembalados, com idêntico benefício para os consumidores", explica em sua justificativa.

Na pauta, consta ainda o projeto que regulamenta a profissão de cerimonialista, de autoria de Arlindo Porto (PTB-MG), que recebeu parecer favorável do relator, Valmir Amaral (PMDB-DF). Será apreciado também o projeto de lei da Câmara que estabelece a indicação de edulcorantes na embalagem de produtos dietéticos. A matéria recebeu parecer favorável da relatora, Maria do Carmo (PFL-SE).



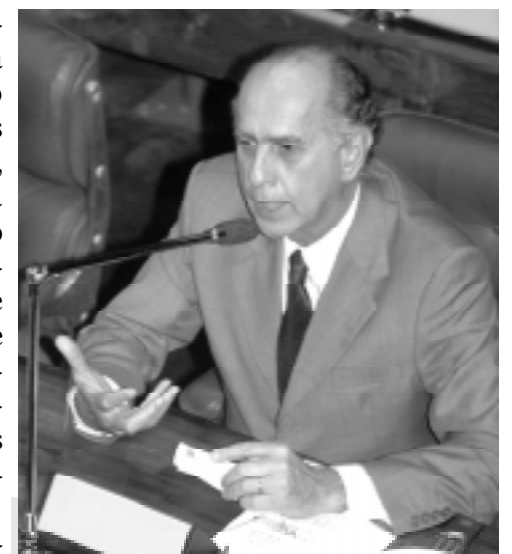
Tião Viana quer aumentar tipos de apresentação de remédios a serem vendidos a granel

Subcomissão de Moradia será instalada amanhã

Presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza amanhã, às 10h, reunião para instalar a Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano e eleger seu presidente e vice-presidente. A subcomissão será integrada por sete senadores titulares e igual número de suplentes.

Criada por iniciativa do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), a subcomissão tem a finalidade de acompanhar, nas esferas federal, estaduais e municipais, a aplicação do Estatuto da Cidade, aprovado pelo Senado e pela Câmara dos Deputados e encaminhado à sanção presidencial.

A subcomissão deve divulgar estudos sobre assuntos de sua competência, bem como examinar e elaborar proposições legis-



Mauro Miranda propôs a criação da subcomissão para acompanhar a aplicação do Estatuto da Cidade

lativas específicas, podendo realizar audiências públicas e solicitar o depoimento de autoridades ou cidadãos.

Para Mauro Miranda, o tema é do interesse direto de toda a população brasileira. Conforme destacou, já existe uma comissão permanente na Câmara dos Deputados para tratar da questão habitacional no país.

TV Senado terá programa ao vivo sobre a fome

“Cidadania” da próxima segunda-feira debaterá o problema, durante três horas, com participação de convidados e do público. Haverá também depoimentos de especialistas, flagelados da seca, senadores e personalidades diversas

O programa *Cidadania*, da TV Senado, terá uma edição especial ao vivo, com três horas de duração, tratando do problema da fome. Com muitos convidados e participação do público, ele vai ao ar na próxima segunda-feira, às 21h.

Será o maior programa ao vivo já exibido pela TV Senado e marcará o Dia Mundial pela Alimentação, celebrado no dia seguinte. Entre os convidados estão dom Mauro Morelli, bispo de Duque de Caxias (RJ); José Tubino, representante no Brasil da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO); a senadora Heloísa Helena (PT-AL); a diretora do Departamento de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, Denise Coitinho; o presidente da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária (Concrab), Francisco Dauchiavan; e Anna Maria de Castro, do Instituto Josué de Castro (RJ).

O programa terá também uma plateia atuante, com participação no debate de representantes do Instituto da Cidadania, Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar, Confederação dos Trabalha-



Dom Mauro Morelli, bispo de Duque de Caxias (RJ), é um dos convidados do programa especial sobre a fome

dores na Agricultura (Contag) e Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas (Dieese).

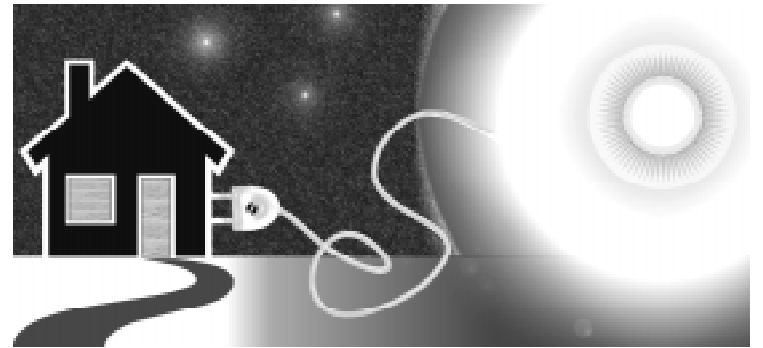
Os telespectadores poderão encaminhar perguntas e participações por e-mail, telefone e fax, cujos números serão anunciados durante a transmissão. O *Cidadania* especial sobre a fome será apresentado pelo jornalista Beto Almeida. A equipe de produção está sendo coordenada pelos jornalistas Max Fabiano e Leila Daher.

A TV Senado já vem veiculando, ao longo da programação, mais de meia centena de depoimentos de pessoas ligadas à ques-

tão da fome, sejam estudiosos do assunto ou flagelados da seca nordestina. Além disso, mais de 30 senadores já gravaram sua opinião. Todos esses depoimentos serão também exibidos nos intervalos do programa.

A TV Senado gravou ainda depoimentos especiais de Ferreira Gullar, Celso Furtado, Carlos Heitor Cony, Oscar Niemeyer e Gilberto Gil. Este, aliás, só não participa do programa porque estará em Roma (sede da FAO), recebendo o título de embaixador da entidade no Brasil.

Durante toda a próxima semana, a TV Senado dedicará especial atenção ao tema da fome. O programa ao vivo abre a semana, que terá várias matérias especiais. No fim de semana, será exibido o *Telefood*, show produzido pela FAO, que visa, nos moldes do *Criança Esperança* e do *Teleton*, arrecadar alimentos e doações para os mais necessitados. O programa, inédito no Brasil, foi gravado pela Universal Studios na Jamaica.



Ricardo Santos defende uso da energia solar

A crise energética por que passa o Brasil motivou o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) a elaborar projeto de lei que, entre outras medidas, obriga os edifícios que vierem a ser construídos com recursos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) a disporem de instalações hidráulicas que permitam a utilização da energia solar como fonte de aquecimento.

Ricardo Santos lembrou que o chuveiro elétrico é responsável por 9% do consumo nacional de energia elétrica. No seu entendimento, esse tipo de aparelho é arcaico e poderia ser substituído por uma alternativa que utilizasse energia mais barata, como a solar. O senador en-

tende ainda que o projeto estimula a racionalidade e a prudência que devem direcionar uma política de desenvolvimento urbano.

Ricardo Santos avalia que a energia solar só não é utilizada no Brasil por causa dos altos custos de instalação dos equipamentos. No entanto assegura que, se a providência for tomada no curso inicial da construção do prédio, a instalação do sistema fica bem menos onerosa.

O projeto tramita na Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O relator da matéria, senador Amir Lando (PMDB-RO), é favorável à aprovação.

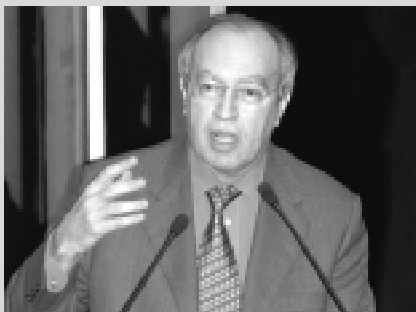
Alcântara propõe critérios para inscrição de nomes no “Livro dos Heróis da Pátria”

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresentou projeto de lei que estabelece critérios básicos para a eleição dos nomes a serem inscritos no *Livro dos Heróis da Pátria*. O senador lembrou a origem do livro, destinado a perpetuar a memória daqueles que morreram por seu país.

O objetivo do projeto, afirma Lúcio Alcântara em sua justificativa, é “suprimir a lacuna normativa que expõe as concessões à

falta de um parâmetro que oriente a elaboração das proposições, fixando critérios básicos para a eleição dos nomes a serem inscritos no *Livro dos Heróis*”.

De acordo com o projeto, a distinção será prestada mediante a edição de lei, após 50 anos da morte ou da presunção de morte do homenageado, com exceção para aqueles que morrerem em campo de batalha.



Lúcio Alcântara quer um parâmetro que oriente a escolha dos nomes a serem inscritos no *Livro dos Heróis*

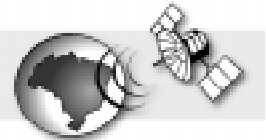
Senador recorda trajetória de Martins Rodrigues

Ao recordar a trajetória do político cearense José Martins Rodrigues, o senador Lúcio Alcântara qualificou-o como um homem público que dedicou a vida à defesa da democracia e da liberdade. De acordo com o senador, Martins Rodrigues foi um combativo político da década de 60, que estaria completando cem anos de idade no último dia 2 de setembro. Alcântara lamentou a falta de memória nacional, que faz de Martins Rodrigues um nome pouco conhecido entre as gerações mais novas.

Nascido em Quixadá, no interior do Ceará, Martins Rodrigues ingressou na política em 1925, elegendose deputado estadual apenas três anos após ter se formado em Direito. Segundo o senador, depois de ter ocupado as funções de secretário do Interior e da Fazenda do estado do Ceará, Martins Rodrigues filiou-se ao PSD, mas afastou-se da política, retornando dez anos depois, quando, como deputado federal pelo Ceará, participou ativamente da campanha presidencial de Juscelino Kubitschek, em 1955.

Com a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, Martins Rodrigues foi um dos articuladores da solução parlamentarista, em favor da posse do vice-presidente João Goulart. Durante a ditadura militar, prosseguiu Alcântara, Martins Rodrigues tornou-se um crítico do governo e fez oposição a Costa e Silva. Com o endurecimento do regime, assumiu posições que se chocaram cada vez mais com as dos setores radicais do governo e teve o mandato cassado, o que encerrou sua carreira política, em 16 de janeiro de 1969.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 – *Agenda Econômica* – O professor Dércio Munhoz fala sobre a crise econômica internacional
7h30 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Audiência pública para discutir cotas para negros. Convidados: Roberto Borges Martins (PEA); Carlos Alves Moura (Fundação Cultural Palmares); Neuma Aguiar (Deptº Sociologia UFMG); Cristovam Buarque (pres. Missão Criança); Milton Gonçalves (ator); Dulce Maria Pereira (sec. executiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa); Paulo Renato de Souza (min. da Educação); Ivete Sacramento (reitor da Universidade Estadual da Bahia) e Mãe Sylvia de Oxalá (Instituto Axé Ilê Obá – São Paulo) (gravado)
11h30 – *Idéias* – Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
12h – *Arquivo Aberto* – CPIs que deram certo
12h30 – *Entrevista* – O senador Artur da Távola fala sobre o terrorismo e a liberdade civil
13h – *Fala Cidadão* – A conexão do Senado com a sociedade
13h30 – *Agenda Econômica* – O professor Dércio Munhoz fala sobre a crise econômica internacional
14h45 – Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 – *Entrevista* – O senador Moreira Mendes fala sobre o Código Florestal
19h – *Idéias* – Os senadores: opinião, discursos e novos projetos

19h30 – *Agenda Econômica* – O professor Dércio Munhoz fala sobre a crise econômica internacional
20h30 – *Entrevista* – O senador Artur da Távola fala sobre o terrorismo e a liberdade civil
21h – *Jornal do Senado* – O resumo das atividades do Senado
21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h – Música, informação e serviços
7h30 – *Senado Notícias* – em ondas curtas para as Regiões Norte/Nordeste
8h – *Senado Primeira Hora* – As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h – Música e informação
9h30 – *Festa de Arromba* – Nos tempos da Jovem Guarda – Em seguida, música e informação
13h30 – *Festa de Arromba* – Nos tempos da Jovem Guarda (reprise)
14h15 – *Senado Notícias* – Edição da Tarde
14h30 – Sessão Plenária do Senado
19h30 – *A Voz do Brasil*
20h – Música e informação
20h30 – *Festa de Arromba* – Nos tempos da Jovem Guarda (reprise)
22h – *Senado Notícias* – Edição da Noite
23h – *Vozes do Século 20*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Carlos Wilson critica aumento da gasolina e prevê reflexos na economia

Senador afirma que nada justifica o reajuste, pois o preço do petróleo vem caindo internacionalmente. Segundo ele, ganharão apenas as distribuidoras, os varejistas e o governo

Eduardo diz que o Tocantins teve "uma autêntica metamorfose" em 13 anos



Eduardo destaca o progresso do Tocantins

O progresso vivido pelo estado do Tocantins ao longo dos seus 13 anos, comemorados no dia 5, foi destacado pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO). Ele ressaltou que a criação do estado foi o resultado de mais de um século e meio de luta, que teve início com Joaquim Theotônio Segurado, então ouvidor da capitania de Goiás.

O senador afirmou que o Tocantins vive um momento de libertação daquilo que denominou "amarras que o prendiam a um crônico subdesenvolvimento", passando por um significativo desenvolvimento socioeconômico.

— Em apenas 13 anos, o que era uma terra de verdadeiros párias, abandonados à própria sorte, sofreu uma autêntica metamorfose — declarou.

Eduardo citou obras realizadas no estado, como a inauguração da primeira fase da Usina Hidroelétrica Luís Eduardo Magalhães, que terá capacidade de geração de mais de mil megawatts, e do Aeroporto de Palmas, um dos mais modernos do país, segundo disse. Registrou ainda que o estado, que conta com o maior rebanho bovino de toda a Região Norte e está livre da febre aftosa, recebeu um título da Organização Mundial de Epizootias que servirá de incentivo para a exportação de carne para os países da União Europeia e Japão.

O investimento na capacitação profissional dos trabalhadores, a implementação de empreendimentos agroindustriais, o programa de eletrificação rural e a malha rodoviária do estado, com aproximadamente 5 mil quilômetros de estradas asfaltadas, foram também mencionados.

Eduardo Siqueira Campos afirmou que, assim como ele, todos os brasileiros têm razões de sobra para se orgulhar do estado do Tocantins.

O senador Carlos Wilson (PTB-PE) criticou o aumento da gasolina em 3,11%, em vigor desde a última sexta-feira. Para o senador, nada justifica esse aumento, uma vez que o preço do petróleo vem caindo internacionalmente.

O aumento da gasolina, na opinião de Carlos Wilson, vai desaquecer ainda mais a economia brasileira. Ganharão com a elevação dos preços do combustível, avalia, apenas as distribuidoras e, em menor medida, os varejistas e o governo federal, com o aumento das re-



Carlos Wilson: aumento da gasolina vai desaquecer ainda mais a economia

ceitas tributárias.

Carlos Wilson destacou que as distribuidoras acrescentam álcool à gasolina e nada repassam do lucro ao produtor de álcool. "Dessa forma, o governo anuncia aumento de 3,11% para a gasolina e está escamoteando uma majoração real maior, pois a parcela correspondente ao álcool não tem nenhum acréscimo de remuneração", afirmou.

O senador disse ainda que a produção sucroalcooleira, que só em Pernambuco gera 130 mil empregos, não tem recebido o tratamento me-

recido por parte do governo. Carlos Wilson observou que o governo é insensível ao setor, que se mostra auto-suficiente na geração de energia e ainda gera excedente produzido pela combustão do bagaço.

Depois de registrar que a produção de cana responde por 40% das exportações de Pernambuco, o senador criticou o corte dos incentivos do Programa de Equalização dos Custos de Produção de Cana-de-Açúcar para o Nordeste, destinado à uniformização dos custos de produção em todo o país. Ao suspender o incentivo, afirmou, o governo está desrespeitando a Constituição, que obriga ações para redução das desigualdades regionais e geração do pleno emprego.

Álvaro quer mais proteção a vítima e testemunha

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) apresentou projeto de lei que assegura proteção às vítimas e às testemunhas de delitos com o objetivo de evitar que sejam submetidas a constrangimentos ou embaraços em seus depoimentos perante os órgãos judiciários. O projeto está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em caráter terminativo.

Entre as medidas de proteção das testemunhas e das vítimas de delitos, o projeto enumera o direito ao anonimato; a opção de não depor na presença do acusado, de seus familiares ou de amigos, e de depor encapuzadas; o sigilo dos respectivos endereços e o direito a sala separada da do acusado, enquanto estiverem à disposição do juiz.

"O papel da vítima e da testemunha vem ganhando uma nova reflexão, diante da evolução dos estudos sobre o crime e a personalidade de quem o comete", argumenta o senador em sua justificativa. Ele lembra que em 1985 a Organização das Nações Unidas aprovou a Declaração sobre os Princípios Fundamentais da Justiça para as Vítimas de Delito e Abuso de Poder, incitando os Estados membros a adotarem medidas para reduzir a vitimização do crime.

Álvaro Dias observa que a lei que instituiu o Programa Federal de As-



Álvaro pretende alargar o conceito de proteção da vítima ou testemunha

sistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, de 1999, considera apenas as pessoas envolvidas no delito que estejam dispostas a colaborar com a Justiça. No seu entendimento, é preciso alargar o conceito de proteção da vítima ou testemunha, considerando os cidadãos que precisam cercar-se de garantias especiais para prestar colaboração.

A proposta estabelece que as medidas de proteção requeridas por vítimas ou testemunhas serão prestadas pela União, pelos estados e pelo Distrito Federal.

Gilvam propõe ensino de Direito da Cidadania

Projeto de lei apresentado pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP) inclui a disciplina Direito da Cidadania no currículo do ensino médio. A matéria está tramitando na Comissão de Educação (CE), em caráter terminativo. A disciplina, de acordo com a proposta, teria como base o estudo da Constituição federal, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Código de Defesa do Consumidor, o Código de



Gilvam diz que ensino ajudará a conscientizar sobre direitos e deveres

Trânsito Brasileiro e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O senador afirma, na justificativa do projeto, que, embora temas relativos à cidadania já sejam contemplados nesse nível de ensino, em especial na área de Ciências Sociais, seria mais adequado conceder-lhes destaque maior.

O conhecimento dos princípios da cidadania, afirma Gilvam, requer espaço próprio no cotidiano esco-

lar, que permita aos alunos saber utilizar e consultar documentos básicos que norteiam direitos e deveres como membros da sociedade.

"Fatos marcantes da atualidade poderão ser melhor compreendidos se analisados à luz desse referencial. E, por outro lado, a habilidade de consultar textos legais será de grande utilidade ao longo da vida desses jovens", argumenta.

Gilvam Borges manifesta convicção de que o projeto contribuirá decisivamente para conscientizar os jovens de seus direitos e deveres de cidadãos e, dessa forma, fortalecer e ampliar o processo democrático.

Osmar Dias sugere reduzir indenização

As indenizações previstas em caso de demissão sem justa causa e por culpa recíproca poderão sofrer redução gradativa e anual a partir de 1º de janeiro de 2002. Essa é a proposta do senador Osmar Dias (PDT-PR) em projeto de lei que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo o projeto, o percentual de indenização de 40% das importâncias depositadas no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) devido ao empregado demitido sem justa causa poderá ser reduzido anualmente em oito pontos percentuais. No caso de demissão por culpa recíproca ou força maior, a redução anual seria de 4%.

Na justificativa do projeto, Osmar Dias argumenta que "na atual conjuntura econômica, marcada por juros altos, carga tributária opressiva e forte competição externa, muitas empresas têm receio de criar novos postos de trabalho". Segundo ele, o principal fator de inibição para novas contratações é o elevado ônus decorrente da dispensa de empregados, e a necessidade de regras menos rígidas nessa área já representa um consenso entre os estudiosos do Direito do Trabalho.

O senador acredita que as reduções propostas vão incentivar os empresários a aumentar o seu contingente de mão-de-obra, uma vez que terão a garantia de que, caso sejam obrigados a efetuar dispensas, os respectivos encargos não agravarão ainda mais a situação da empresa.



Para Osmar Dias, mudança incentivará novas contratações

Revolução Farroupilha continua atual, diz Emilia

Para a senadora, os problemas sociais de hoje são os mesmos que motivaram os gaúchos a realizarem o movimento em 1835

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) disse sexta-feira, da tribuna do Senado, que os problemas vividos hoje pelo povo brasileiro, em sua essência, continuam os mesmos enfrentados pelos gaúchos que fizeram a Revolução Farroupilha, que durou dez anos (de 1835 a 1845) e custou a vida de 3.500 pessoas. Segundo a senadora, o mês de setembro, para os gaúchos, é sempre um mês de reflexão e de comemoração dos ideais farroupilhas, contra o centralismo e o abandono dos interesses nacionais.



Segundo Emilia, setembro é um mês de reflexão para os gaúchos

A Revolução Farroupilha, afirmou Emilia, transcendeu os interesses gaúchos, "em razão do espírito nacionalista impregnado em suas bandeiras de luta". Contrapondo-se à espoliação do governo central, o movimento gaúcho posicionou-se contra os altos tributos, a proteção aos residentes portugueses e a má aplicação dos recursos públicos.

Os revoltosos conseguiram reduzir os impostos sobre a exportação e restabelecer o imposto de importação sobre o gado, criar fábricas de arreios e artefatos de

couro, construir barcos mercantes e de combate e libertar os escravos.

Passados quase dois séculos da Revolução Farroupilha, disse a senadora, o Brasil continua a lutar contra a interferência externa, "contra um modelo econômico nefasto que privatiza os lucros ao capital internacional e socializa a fome".

Na avaliação da senadora, a política do atual governo, que, ao seu ver, entregou os setores estratégicos e as empresas estatais lucrativas ao capital estrangeiro é prova inequívoca de "galeguismo", do favorecimento aos "galegos", ou estrangeiros, conforme termo cunhado pelas lideranças farroupilhas.

Seguradoras não cumprem os prazos, alerta Bezerra

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) cobrou das autoridades governamentais providências no sentido de que seja efetuado o pagamento das indenizações que operadoras estaduais de seguro agrícola devem à produtores rurais brasileiros.

O senador apontou a criação, em 1954, do seguro rural no país como um avanço na política agropecuária brasileira, mas ressaltou que muitas seguradoras não estão cumprindo os prazos.

Bezerra informou que no Paraná cerca de oito mil agricultores aguardam o pagamento de indenizações do seguro rural. Confor-

me dados do Departamento Técnico Econômico da Federação de Agricultura do Paraná, os débitos do seguro agrícola naquele estado, relativos às geadas de julho de 2000, alcançam R\$ 65 milhões.

A situação do seguro agrícola no país, segundo o senador, ainda é precária, especialmente porque as instituições privadas não demonstram interesse nesse tipo de seguro.

Bezerra afirmou que a principal empresa que realiza seguro rural no Brasil é a Cosp, que garante diversos produtos nos estados do Sul, Sudeste, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Ou-



Carlos Bezerra diz que produtores rurais estão insatisfeitos com seguradoras

tras seguradoras atuantes no setor, de acordo com o parlamentar, são Porto Seguro, Aliança do Brasil, Unibanco e Sul América.

Ele enfatizou a importância do seguro rural para o setor agropecuário brasileiro, que permite a indenização de perdas decorrentes de fenômenos da natureza, doenças e pragas, ou de morte de animais por acidentes ou doenças.

Mais garantias para quem comprar imóvel

Para evitar prejuízo a quem adquiriu imóvel em construção por conta de falência do incorporador, o senador Geraldo Althoff (PFL-SC) apresentou projeto modificando a lei que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.



Projeto de Althoff trata de imóveis em construção

só poderá negociar unidades autônomas (casas, apartamentos, escritórios) após ter arquivado, no cartório competente de registro de imóveis, o seu último balanço contábil, devidamente firmado por contador e, quando se tratar de sociedade anônima, com a aprovação da assembleia, além dos demais do-

cumentos exigidos na lei.

— Em vista da intranquilidade gerada no mercado imobiliário nos últimos anos, é preciso criar mecanismo de advertência para identificar previamente os casos de risco iminente de insolvência do incorporador — diz Althoff, na justificativa da proposta.

O projeto encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), aguardando apresentação de emendas.

Heloísa propõe anistia para pequeno agricultor

Projeto da senadora Heloísa Helena (PT-AL) concede perdão das dívidas de produtores rurais que contrataram crédito de custeio junto ao sistema nacional de crédito rural desde a safra de 1997/98 e que tiveram as atividades financiadas frustradas pela ação de fenômenos climáticos



Heloísa: perdão para dívidas de vítimas de secas e enchentes

A matéria tramita na Comissão de Assuntos Econômicos.

Para os produtores situados na área semi-árida nordestina, o projeto prevê anistia integral da dívida. Já para lavradores de outras regiões, anistia proporcional ao valor da produção malsucedida que, de acordo com o projeto, será definido mediante declaração apresentada pelo mutuário. As informações constantes da declaração estarão sujeitas à homologação pelo agente financeiro.

O projeto também propõe a concessão de crédito de manutenção para mini e pequenos produtores e agricultores familiares residentes na área geográfica do semi-árido do Nordeste, estendendo o benefício para agricultores de outras regiões que não contrataram o crédito de custeio

a partir de 1997/1998.

Esse crédito de manutenção, conforme Heloísa Helena, é uma solução emergencial que garantiria a alimentação das famílias.

Ainda conforme a proposta, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento divulgará a relação dos municípios onde ocorrerem os fenômenos climáticos adversos considerados na lei.

As instituições financeiras que operaram o investimento, por sua vez, seriam ressarcidas pelo Tesouro Nacional nos valores correspondentes às dívidas anistiadas.

A proposição de Heloísa Helena estabelece normas administrativas e prazos a serem cumpridos tanto pelos mutuários como por agentes financeiros.

Na justificativa do projeto, a senadora salienta que adota todas as cautelas para evitar descontrole da anistia sugerida.

A senadora lembrou que a safra de 1997/98 foi afetada pelo fenômeno *El Niño*, que provocou perdas de mais de 70% no Nordeste, o que penalizou especialmente os agricultores mais pobres.

Projeto assegura cumprimento de contratos imobiliários

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa, projeto do senador Paulo Hartung (PSB-ES) que pretende garantir o cumprimento dos contratos imobiliários. Ele estabelece a sucessão legítima, em direitos e obrigações, do incorporador imobiliário original pelo comprador do empreendimento.

— Temos assistido, no mercado imobiliário brasileiro, verdadeiras afrontas à poupança popular, sem que os consumidores tenham o mínimo de garantia de que o sonho da casa própria não venha a se tornar um pesadelo com di-



Hartung quer evitar novos casos semelhantes ao da Encol

mensões reais. O famoso caso Encol, uma potência imobiliária que ruiu e com a sua ruína levou ao desespero e ao prejuízo milhares de famílias brasileiras, é exemplar no sentido de que a sucessão do incorporador por outro nem sempre assegura os direitos dos compradores — explicou o senador.

Como é possível fazer a sucessão por ato simulado, mediante cessão de direitos e compra paralela do imóvel, Hartung assinalou que o projeto também prevê que, nesta hipótese, haveria responsabilidade solidária entre o adquirente-cessionário e o incorporador-cedente.